XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Ecologização da agricultura e reconstrução do ambiente rural no Brasil.

Alfio Brandenburg.

Cita:

Alfio Brandenburg (2009). *Ecologização da agricultura e reconstrução do ambiente rural no Brasil. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-062/348

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

Ecologização da agricultura e reconstrução do ambiente rural no Brasil

Alfio Brandenburg [1]

Introdução

Este texto tem como objetivo verificar em que medida os agricultores ecológicos contribuem para a construção de um rural socioambiental, não se restringindo a substituição de práticas agrícolas modernas por práticas ecológicas. Para tanto as análises referenciaram-se empiricamente em dados pesquisados na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, Brasil. em particular no espaço de atuação da Rede Ecovida de Agroecologia. A investigação foi realizada a partir de um projeto interdisciplinar do qual participaram estudantes do Curso de Pós-Graduação. Em atendimento aos requisitos da pesquisa interdisciplinar, foi selecionado como área de estudo o município de Rio Branco do Sul, privilegiando três comunidades de agricultores.

[1] Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduaçao em Sociologia e Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. E-mail: alfio@onda.com.br

1. *O rural moderno e a questão ambiental.*

A literatura relacionada com os estudos do rural brasileiro é extremamente vasta no que concerne a modernização da agricultura, principalmente na década de setenta e oitenta. Entre esses estudos destacam-se aqueles que procuram compreender o processo de modernização na perspectiva da subordinação da agricultura ao capital e aos interesses urbano-industriais. Destacam-se também os trabalhos relacionados aos estudos das conseqüências da modernização, no plano econômico, social e cultural que mostram os processos de diferenciação social, da concentração fundiária e renda, das transformações nas relações de trabalho, dos processos migratórios. Nesse período os estudos voltados à questão ambiental estiveram praticamente ausentes da agenda dos pesquisadores, salvo em alguns trabalhos que analisaram impactos da modernização (MARTINE, GARCIA:1987) Estes estudos certamente refletem um modelo de análise que colocava no centro da matriz analítica a questão da desigualdade social, do conflito de interesses de classe, das formas de dominação e exploração econômica, do desenvolvimento e progresso técnico. Esta posição dos estudiosos refletia uma tendência das teorias das ciências sociais que analisavam as relações sociais que se desenvolviam no interior da sociedade, mas que não consideravam as relações da sociedade com a natureza.

Estudos mais recentes mostram uma segunda fase da modernização. Entre eles diversos trabalhos mostram um processo de industrialização da agricultura indicando que a agricultura deixa de ser a atividade de exclusiva caracterização do rural. Nessa perspectiva, a leitura do fim do rural aparece como eminente na medida em que os espaços tidos como rurais são urbanizados, evidenciando também o fim de um rural entendido como tradicional. Outra vertente mostra um rural heterogêneo resultante de um processo incompleto de modernização dos diversos espaços. Um rural que se reconstrói com uma vida social e que reproduz uma relação de complementariedade com o ambiente urbano, apresentando não apenas um processo de urbanização do campo, mas também de rurbanização das cidades. Nessa perspectiva o rural não desaparece, mas ressurge com formatos sociais e produtivos diversos e aponta para uma modernidade social com reapropriaçao de espaços pelos camponeses e agricultores familiares, mediante processos de assentamentos, mesmo socialmente insuficientes para o conjunto de trabalhadores despossuídos e demandadores de terra para o trabalho.

Entre essas duas vertentes alguns poucos estudos começam a mostrar uma faceta não contemplada explicitamente pelas visões anteriores. Trata-se dos estudos que vinculam a questão ambiental à reprodução social dos agricultores. São estudos que abordam os movimentos ambientalistas ou ecológicos na agricultura e que começam a aparecer na década de oitenta e mais

intensamente após a Eco-92. Esse evento marca o aparecimento de estudos relacionados com o desenvolvimento sustentável e a reconstrução socioambiental do rural.[2]

2. A reconstrução do rural e novos atores

Em que pese os estudos mostrarem um rural esvaziado e uma sociedade que se urbaniza, parece evidente que a sociedade brasileira não pode ser representada como uma sociedade onde os espaços sociambientais e estilos de vidas se homogeneizaram em decorrência do processo de modernização. Nesse contexto há um rural que ressurge caracterizado por espaços diferenciados (WANDERLEY,2000) sob influência de fatores diversos e que coloca na agenda de pesquisa a reconstrução de um rural agora revalorizado. Enquanto a sociedade sofria um processo intenso de modernização e oferta de empregos nas cidades o rural era secundarizado tido como sinônimo de atraso e de ignorância, mesmo com as políticas de modernização da agricultura. Hoje com novas questões e problemas sociais crescentes no âmbito da sociedade há uma espécie de retorno, de resgate de um elo socioambiental que se encontra no ambiente ruralizado por se caracterizar como um meio menos artificializado. A natureza, embora transformada, persiste mais intensamente no âmbito do rural. Embora atingida de modo geral por processos de intervenção humana que se situam no âmbito global como mostra Giddens (1991), há processos naturais biológicos que se mantém sem que haja interferência direta do homem. E justamente essa intervenção ou mais especificamente a sua forma de intervenção que hoje passa a ser questionado.

A questão ambiental parece ser uma das marcas da modernidade contemporânea e que sem dúvida atinge todas as sociedades. Até mesmo onde se acreditava que o rural tivesse sido relegado a uma espécie de espaço de museu natural, passa a ser rediscutido[3].

O fenômeno da globalização embora enfocado primordialmente na sua dimensão econômica, social e ambiental traz consigo a necessidade de se rediscutir o rural, considerando a sua heterogeneidade, no que diz respeito às formas de ocupação do espaço de apropriação e exploração da natureza e dos diversos saberes a ele relacionados. Isto porque as principais questões que inquietam o globo como mudanças climáticas, energia, produção alimentar, encontram alternativas no âmbito da ruralidade. Nesse sentido, o Brasil como um dos países de grandes áreas

[2] Para uma síntese dos temas estudados consultar: BRANDENBURG, Alfio. Ciências Sociais e Ambiente Rural: principais temas e perspectivas. In: Sociedade e Ambiente vol III, n.1 jan/jun; 2005
[3] KAYSER, Bernard. La renaissance rurale. Paris: Armand Colin: 1990

cultivadas precisa compreender o que se passa no rural; quais os protagonistas que reconstroem e como reconstroem o rural.

Considerando a posição do rural frente ao processo de modernização observa-se um rural de espaços diferenciados, mas também de tempos sociais diferentes. Assim não se pode falar de "um" rural no Brasil, mas de ruralidades. É nesse sentido que é necessário se qualificar o rural do qual está se falando. Como a modernização não se completou, persiste um rural pré-moderno, com relações sociais que invocam o período colonial ou tradicional; um rural moderno onde ocorrem transformações das relações de trabalho, de processos de modernização da vida social no campo e da degradação dos recursos naturais. Coexistem com esses dois períodos, cenários presentes em uma modernidade avançada ou reflexiva, tal como nas sociedades de capitalismo desenvolvido.

Inserido globalmente no mundo da informação, da vivência multicultural, da troca mercantil e na era do capital financeiro, o rural se (re)constrói a partir da singularidade de suas diversas situações. Dessa forma, as práticas sociais são reconstruídas não a partir de uma modernidade concebida de forma abstrata, mas a partir da história de vida dos diversos personagens que protagonizam o rural. Essa recorrente construção de práticas remete para uma experiência inscrita num saber e numa visão de mundo que se refaz a luz de informações e de conhecimentos do mundo contemporâneo globalizado. É nesse sentido que a vida social no campo adquire identidade frente às diversas situações e aponta para novas alternativas em função de vivencias que emergem de situações concretas. Há uma diversidade de grupo de agricultores com experiências diferenciadas que buscam se realizar mediante projetos e expectativas que nem sempre são as previstas na sociedade. Esses projetos surgem como inovações, mas se apresentam como alternativas à soluções convencionais e ultrapassam o padrão tido como moderno.

É nesse mosaico de experiências, que surgem novos personagens ou atores que reconstroem o ambiente social e natural. Novos atores, ou agricultores, que reagem e agem no sentido de assegurar suas condições de vida optando por alternativas que melhor respondem a suas expectativas e demandas. Nesse sentido os agricultores que hoje saem do âmbito da produção convencional, quer seja daquela que usa agroquímicos ou da produção tradicional que desconsidera as técnicas modernas, estariam contribuindo com qual tipo de ambiente rural ou construindo qual tipo de ruralidade? Poder-se-ia firmar que os agricultores ecológicos estariam contribuindo com a construção de outro rural, ou uma ruralidade socioambiental, ou estariam apenas transitando para uma agricultura ecológica substituindo as práticas agrícolas convencionais?

3. O movimento ecológico na agricultura como novos atores

Parte-se do princípio que a transição de uma agricultura convencional para uma agricultura ecológica é impulsionada pelo movimento ecológico que teoricamente situa-se na categoria novos movimentos sociais ou novos atores. Sendo um movimento que surge para se contrapor ao paradigma de produção dominante na agricultura, busca alternativas que dispensam o uso de insumos industrializados ou químicos como fertilizantes e agrotóxicos de modo geral. Trata-se de um novo movimento um novo ator na medida em que transforma as relações com o ambiente natural e as relações sociais ao reagir à dominação de um paradigma de industrial de produção agrícola. Conforme Touraine (1995) o ator é aquele que age no sentido de transformar o ambiente em que vive afirmando-se como sujeito. Ator e sujeito para Touraine estão diretamente relacionados. Duas dimensões orientam as ações do ator: racionalidade e subjetividade. O sujeito em ação, "novo ator", seria o artífice da articulação dessas duas dimensões.

As ações sociais, situadas em contexto da modernidade não estariam sendo dominadas exclusivamente pela racionalidade instrumental, mas fundamentadas por dimensões dicotômicas do racional e do subjetivo. O subjetivo relaciona-se com os interesses individuais de realização do ator: relaciona-se com os sonhos, os desejos, as expectativas culturais, o sentido da saúde do bem-estar. O instrumental relaciona-se com os meios, que de forma calculada levam aos objetivos finalísticos da rentabilidade econômica ou da acumulação de bens. As técnicas e as práticas agrícolas constituem, por excelência, instrumentos estratégicos de busca de rentabilidade. Inspirado nessa perspectiva, o agricultor não estaria apenas substituindo suas práticas de produção agrícola convencionais, ou de base industrial, mas motivados por interesses vinculados a outras racionalidades ou subjetividades realizando um projeto de vida de múltiplos interesses.

O movimento social, sempre está vinculado aos interesses de atores individuais, ou seja, dos agricultores, e se constrói a partir desses interesses. Nesse sentido, o movimento ecológico poderia ser interpretado como sendo um dos movimentos culturais, pois estaria contribuindo com a construção de um paradigma de conhecimento em contraposição ao paradigma hegemônico da modernização agrícola, reconstruindo relações de convivência com a natureza ao invés de substituí-la por processos industriais e reconstruindo estilos de vida diferenciados.

A reação do ator ao império da racionalidade instrumental que caracteriza a lógica do sistema dominante pode também ser explicada pela teoria de Habermas (1998), quando entende que a modernidade é definida por uma tensão constante entre sistema e mundo da vida. Nessa perspectiva, o movimento ecológico que busca formas alternativas de relação socioambiental ao sistema dominante é oriundo de um mundo rural, com suas tradições, conhecimento e habilidades dos camponeses, agricultores familiares e trabalhadores de modo geral, marcado por um ambiente

que se diferencia do urbano, onde a natureza transformada já não é mais natureza, mas um ambiente artificialmente construído

O agricultor ecológico, situando em contexto marcado por um ambiente físico biológico, social e simbólico age no sentido de realizar seus projetos e ao fazê-lo transforma o ambiente social e natural. Informado por um conhecimento que não se restringe ao âmbito da técnica, o agricultor age movido por interesses que levam em conta a reprodução de sua vida que compreende várias dimensões. Nesse sentido, ação é orientada por racionalidades múltiplas e além da racionalidade econômica. O agricultor ecológico é desse modo por definição um dos artífices da racionalidade ambiental ou ecossocial. Poder-se-ia identificar no movimento ecológico inspirando-se em Gorz (1991), limites para o avanço da racionalidade instrumental, na medida em que a somente a cultura, entendendo-se aqui a cultura ecológica, pode estabelecer esse limite. É desse modo que se pode contrapor ao domínio de uma técnica contrária aos interesses individuais e desarticuladora de processos naturais e sociais. Novo ator, portanto, é aquele que no intuito de se afirmar como sujeito age no sentido de realizar propósitos nas dimensões do social, do individual, do ambiental, transformando o ambiente em que vive.

O ator ecológico restabelece a natureza simbolicamente, mesmo que a natureza não possa voltar a ser natureza tal como era no passado. Nesse processo de reconstrução social um conjunto de conhecimento ocupa o cenário, estabelecendo um diálogo de saberes, conforme definido por Leff (2003). Dessa forma, cultura e natureza se reencontram, articulando um saber tradicional e um conhecimento racionalmente construído.

4.A Rede Ecovida de Agroecologia: um projeto em construção.

O movimento agroecológico na Região Metropolitana de Curitiba está organizado em núcleos de agricultores distribuídos em diversos municípios e comunidades. Insere-se na Rede Ecovida de Agroecologia que abrange os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.. A organização orienta-se na a idéia de rede, na medida em que não apresenta uma direção central, mas grupos locais que se articulam horizontalmente.. Conforme salienta SCHERER-WARREN (1999) a rede pressupõe a organização de uma nova utopia democrática, surgindo na forma de autoorganização. As organizações em rede emergem de espaços da sociedade civil conectando âmbitos locais, regionais, nacionais e mesmo internacionais. A rede Ecovida é composta por 21 núcleos regionais, sendo seis no Paraná, sete em Santa Catarina e oito no Rio Grande do Sul. Cerca de 170 municípios são atingidos mediante 200 grupos de agricultores 10 cooperativas de

consumidores e 20 Organizações Não Governamentais (ONGs). No âmbito nacional a rede sul integra ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), juntamente com outras redes organizadas[4]

Para os agricultores da Rede Ecovida, na Região Metropolitana de Curitiba, a agroecologia não representa apenas outra prática de agricultura, mas um outro projeto de vida em construção. Um projeto "agroecológico" que ressurge no interior da agricultura orgânica e portanto no interior do próprio movimento ecológico.

Carregado de contradições e conflitos internos o movimento ecológico na agricultura se expressa mediante diversas correntes de pensamento e num primeiro momento são os agricultores orgânicos que organizam o movimento ecológico na Região Metropolitana de Curitiba. Após sucessivos embates, referente às formas de comercialização e concepções de agricultura (BALESTRINI,2002; PADILHA, 2008) um grupo de agricultores se reorganiza e passa a se inserir na Rede Ecovida de Agroecologia, que se filia à corrente agroecológica [5]. Nessa perspectiva, a Rede explicita um projeto coletivo que embora tenha como meta a melhoria do rendimento econômico do agricultor, não se restringe sua ação no âmbito da racionalidade instrumental. Estimula a cooperação e a participação como processos definidores da organização em rede, além de organizar um processo diferenciado de controle de qualidade de produção: o sistema de participativo de certificação. Ao invés de uma auditagem exterior, realizados por representantes de entidades credenciadas para certificação, a Rede Ecovida de Agroecologia constrói um sistema singular, onde os coordenadores de grupos e líderes desenvolvem atividades não apenas de controle, mas também de orientação e repasse de informações. Embora com conflitos internos esse sistema permita que o conhecimento relativo à habilidade e ao saber camponês possam ser exercitados e ampliados no interior do próprio grupo mediante discussões (STUM, 2008)

O sistema participativo permite que se realize troca de saberes, entendidos como a conjugação de saberes técnicos e saberes resultantes da experiência de vida do agricultor. Há possiblidades de ocorrer consensos internos embora haja dissensos decorrentes da prática democrática. Consenso como: "a certificação participativa aproxima mais o agente interno de certificação (normalmente coordenador de grupo) do que do auditor externo". Ou o dissenso de que "a certificação participativa exige mais tempo do agricultor, enquanto que na auditagem externa o agricultor fica mais liberado para suas atividades produtivas".

[4] ANA –Amazonia; ASA- Articulação no Semi-Árido Brasileiro; GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, Rede Ecovida de Agroecologia; ACA – Articulação Capixaba de Agroecologia; AMA- Articulação Mineira de Agroecologia.(Carta Política: II Encontro Nacional de Agroecologia; 2006)

[5] A agroecologia é uma das correntes de pensamento entre outras como: agricultura biodinâmica, agricultura orgânica, permacultura.

No âmbito individual, os atores que participam da rede realizam-se na construção de um projeto de vida que alia racionalidade econômica, preocupações com saúde, trabalho familiar, autonomia e sentimento de pertença a grupo, cooperação e desenvolvem uma relação simbiótica com a natureza (PINHEIRO:2007). Nesse sentido, no interior do movimento ecológico uma forma de fazer agricultura está relacionada a uma forma de viver e de ser relacionar com o ambiente social e ambiental. É nesse sentido que este trabalho procura investigar em que medida o projeto da rede de agricultores ecológicos se traduz em ações individuais que se situam além da substituição das práticas agrícolas convencionais por práticas ecológicas.

5.A natureza e suas representações: a relação com o ambiente e com a reprodução da vida.

A atividade agrícola, com sabemos, é uma atividade que se desenvolve num ambiente que continuamente é reconstruído a partir do manejo dos recursos naturais. Contrariamente à atividade industrial a produção agrícola não resulta de um sistema de máquinas, mas de um sistema vivo que se reproduz numa dinâmica que integra aspectos, físicos, químicos, biológicos, culturais e humanos que os ecólogos denominam ecossistema. Esses diversos fatores nem sempre são totalmente controlados pelo homem: um deles, o mais visível o fator climático. Nesse sentido a prática ecológica reafirma uma forma de produção que tem por base o manejo de recursos naturais em oposição ao manejo de recursos industriais, ou químicos. Se por um lado observa-se no conjunto da sociedade, em particular na agricultura, um movimento crescente de industrialização dos processos produtivos, por outro lado também se verifica que emergem processos contrários, ou seja, movimentos de reapropriação de processos naturais. É nesse contexto que surgem as diferentes formas de agricultura ecológica que traz consigo uma forma diferenciada de representar ou de se relacionar com a natureza ou de se posicionar perante ela. Assim identifica-se nos agricultores um sentimento de que a agroecologia reaproxima os seus protagonistas da natureza quando se constatam falas do tipo: "a agroecologia nos aproxima da natureza e de tudo o que é sagrado"., São representações que expressam sentimentos que extrapolam a noção utilitarista do uso dos recursos naturais e que remetem ao âmbito do sagrado ou mesmo da subjetividade. O sagrado, como algo que se respeita, que se cultiva, que não se destrói, mas que se recria e se glorifica. Um sagrado que pode significar o ambiente natural exterior, mas que também pode ser interpretado como a natureza que é parte integrante da reprodução dos ciclos da vida. Nesse sentido, a natureza é a aliada na reprodução da vida biológica do ambiente, mas também da saúde humana. Ao dizer que "mantemos com a natureza uma relação de interação tendo com isso uma

relação mais saudável e um ambiente ecologicamente equilibrado" o agricultor está representando um cuidado não apenas com a natureza exterior más de si mesmo. É nessa direção que a atitude frente à agricultura convencional que faz uso dos insumos industrializados, como agrotóxicos e fertilizantes químicos, são vistos de maneira crítica. Pois "a agroecologia não é igual ao cultivo convencional por que enfoca melhor a qualidade de vida", segundo palavras de um agricultor.. Nota-se que qualidade de vida está diretamente relacionada com ausência de insumos industrializados, ou mais diretamente com um "estilo" de vida que interage e reproduz o ambiente natural. Uma vida saudável nessa concepção significa cultivar segundo as leis da natureza.

A vida saudável significa cultivar relações ambientais que preservem a natureza e assim as práticas ecológicas são estratégias sociais de reprodução da vida do agricultor (RUSZCZYK, 2007). No dizer do agricultor: a agroecologia traz a "preocupação ambiental e melhor qualidade de vida da família e para que meus pais se alimentem de produtos sadios". Não apenas a produção deve seguir princípios da natureza, a alimentação também precisa ser natural.

Ao se estudar as práticas alimentares entre os agricultores ecológicos ELL (2008) constatou que para os agricultores alimentação saudável significa produtos com ausência de agrotóxico. Nestes termos o agrotóxico é identificado como "veneno", ou seja, havendo agrotóxico nos alimentos ele se torna não comestível. Essa representação leva o agricultor a cultivar seus próprios alimentos, retornando portando à produção para autoconsumo. Ao desenvolver a produção de autoconsumo, no âmbito do sistema produtivo, o agricultor contribui para com outro padrão de saúde alimentar e ao mesmo tempo com a diversificação da produção ou com a biodiversidade do ecossistema.

Representação e práticas constituem, assim, diferentes dimensões do real. Como diz Serge Moscovici. A representação do real faz parte da mesma realidade.

No âmbito das práticas socioambientais e produtivas constataram-se diferenças entre agricultores de comunidades distintas. Os estudos mostraram que mesmo nas comunidades mais integradas ao mercado e que a despeito das práticas agrícolas rudimentares do passado, como queimadas, desmatamento, uso inadequado dos solos, os agricultores recuperaram o ambiente físico e biológico anteriormente degradado. Essa recuperação se realiza mediante o plantio em nível, a rotação de culturas, o cultivo de agroflorestas, etc. (CRISPIN, 2007). Embora o meio físico seja um elemento importante na configuração dos sistemas agrários, considerando a sua propensão natural, no que se refere a sua fragilidade ou potencialidade, observa-se um ajustamento de práticas ecológicas a partir da experiência de vida ou de um saber acumulado do agricultor. Experiências que a despeito de uma negação do paradigma da modernização são resignificadas e reintegradas ao processo produtivo. É assim que, a sabedoria dos agricultores identifica as terras mais apropriadas

às determinadas culturas, as que são mais férteis e as que são destinadas a outras atividades (FLORIANI,2007).

Entre os recursos naturais diretamente relacionadas com o ambiente agrícola a água foi considerando entre os agricultores como o mais importante. Observou-se que os agricultores desenvolvem medidas de proteção às fontes de água e rios com vistas à obtenção de quantidade e qualidade suficientes. As amostras de água coletadas em diferentes pontos dos rios e nascentes, submetidas à análise do IQA ((índice de qualidade da água) comprovaram a eficácia da proteção realizada pelos agricultores. As análises obtiveram índices satisfatórios, isto é situaram-se entre 1 e 2 dois, conforme conforme a Resolução CONAMA 357/05 e IAP (1998). Comparado com os índices dos rios que passam por propriedades de agricultura convencional, pode-se afirmar que a qualidade da água das fontes e rios dos agricultores agroecológicos é superior(CRISPIN:2007).

6. A racionalidade ambiental em construção.

O movimento ecológico desde o seu inicio nasce como um contra-paradigma ao movimento da industrialização da agricultura. Da mesma forma ao se recriar, recentemente, em vários locais, traz consigo um ideário que aponta para a construção de uma forma de produção e um estilo de vida que tem como referência de ação uma racionalidade ecossocial (GORZ;1991) ou uma racionalidade ambiental (LEFF;2003). É o que se constata em vários estudos já realizados na Região Metropolitana de Curitiba quando os agricultores apontam as razões para a conversão de suas formas de cultivo. Os motivos mais citados para a conversão estão relacionados à saúde, a questões ambientais e econômicas (PINHEIRO,2007; ZONIN,2007; PADILHA,2008). Os dados denotam que a razão econômica ou técnica, embora presente não é exclusiva ou predominante. Diversas razões, incluindo o econômico, movem o agricultor para se transformar em um ecoagricultor. Além da racionalidade que diz respeito à agricultura familiar, como reprodução da família, que a literatura sobre a produção camponesa e familiar aponta classicamente, acrescenta-se outra: a ambiental. Essa racionalidade que inclui a dimensão do ambiental difere daquela racionalidade do campesinato tradicional por que se situa num contexto de modernidade, onde as práticas socioprodutivas não são reproduzidas de modo complementar ao ambiente e segundo o movimento da natureza conforme já apontado por Candido (1975), mas resultam de um reflexividade que abrangem motivos diversos. A construção dessa racionalidade, no entanto, não ocorre sem contradições, ou recuos e está relacionado de um lado, com a sobrevivência do agricultor e de outro com a lógica do sistema que impõe uma racionalidade instrumental ou técnica.

Ao se inserir no mercado o agricultor se vê compelido a ajustar-se aos padrões técnicos de exigência mercantil, além dos apelos de competitividade e rentabilidade. Nesse sentido a

experiência organizacional dos agricultores ecológicos enfrentou dificuldade com as exigências impostas pela rede de supermercados de Curitiba, em particular com a Rede Sonae (BALESTRINE, 2002).

As formas de comercialização tais como: redes de supermercado ou feiras alternativas, produção integrada a sistemas contratuais de produção ou produção e comercialização independente, constituem dilemas relacionadas com a ampliação do movimento ecológico, ou expansão da produção e com a sua institucionalização. Esses dilemas tem repercussões no ideário da agroecologia tal como concebido na sua origem e nesse sentido na forma de produzir. Não raras vezes é motivo tensões e clivagens no interior do movimento que leva a dissidências e retorno ao modelo convencional de produção. É o que mostra a análise da trajetória do Movimento Agroecológico em Rio Branco do Sul/ Pr (PADILHA; 2008).A história da organização de agricultores locais é marcada por dissolução de um lado reorganização de outro. Esse movimento de refluxo e refundação do movimento podem ser interpretados como uma reação dos agricultores aos processos de colonização e domesticação da lógica do mercado e do sistema econômico.

Mas se por um lado o mercado se impõe massificando o consumo é também espaço de livre transação e demandas de natureza diversa. Nesse sentido é constituído por consumidores e por atores diversos e movidos por demandas com interesses também distintos.

A emergência de atores consumidores, ou consumidores ecológicos, conforme já apontando por (PORTILHO,2005) e constatado em pesquisas nos supermercados em Curitiba SILVA(2007), constitui uma das razões para o aumento da demanda de produtos agroecológicos. A politização do consumidor traz consigo a possibilidade de se instaurar na sociedade de mercado outras formas de consumo, diferenciadas do consumismo de massa. Uma lógica que, tal como no sistema produtivo, abre perspectiva de construção de um modelo de ação que tem como referência não apenas o econômico, mas também os interesses individuais subjetivos múltiplos, ou ambientais. Como mostra uma pesquisa realizada no âmbito dos supermercados em Curitiba: o principal motivo para demandas de consumo ecológico é a saúde (SILVA,2006). É nesse sentido que a construção de uma racionalidade ambiental no âmbito da sociedade é possível. Embora as análises da trajetória da experiência dos movimentos agroecológicos apresentam tensões, contradições e conflitos, as demandas de um mercado diferenciado possibilitam e impulsionam a produção ecológica e a construção de uma racionalidade ambiental que se contrapõe ao domínio exclusivo da racionalidade instrumental como apontado por Habermas. A construção dessa racionalidade emergente é fruto da reação de "atores novos" que acionam mecanismos de defesa da vida que conjuga dimensões do natural e do social..

7. Novos atores, outra ruralidade.

Constata-se que os agricultores ecológicos estudados e inseridos no contexto de um movimento social organizado, no caso a Rede Ecovida na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, contribuem para a ecologização de um rural que se situa além das práticas agrícolas. No âmbito do ambiente físico e biológico, são identificadas ações relacionadas, com a manutenção da biodiversidade, como do cultivo de produtos visando uma alimentação saudável, cuidados com fontes de água e rios, cultivo de agroflorestas, conservação dos solos. Essas ações relacionam-se com uma representação da natureza que identifica a ecologia como uma forma de reencantamento do mundo, e de reapropriação de um conhecimento que resignifica cultura e natureza. Sob o ponto de vista das relações sociais a inserção do agricultor em uma organização em rede aponta a dimensão de uma política que se desenvolve no interior do movimento que recupera afirmativamente os interesses individuais transformando-os em projetos coletivos. Nesse sentido se restabelece uma utopia organizacional onde o agricultor, enquanto ator, é o principal artífice de outra racionalidade: uma racionalidade ambiental.

Diante dos resultados obtidos, observa-se que o desenvolvimento da ecologia na agricultura traz consigo a emergência de outra ruralidade. Isto porque traduz ações de agricultores que constroem uma racionalidade que a partir de tensões e conflitos, se diferencia da racionalidade instrumental. Essa racionalidade identificada como ecossocial ou ambiental, traz orientações fundamentadas em múltiplas razões ou motivos. A rural que pode resultar da ação desses personagens se diferencia do rural moderno que, mesmo conservando a natureza, privilegia o instrumentalismo tecnológico tendo como primazia a rentabilidade econômica. Dessa forma pode-se afirmar que uma "outra ruralidade" tensiona o rural moderno: uma ruralidade socioambiental que não é de domínio exclusivo da racionalidade instrumental.

Referências Bibliográficas

- BALESTRINI, Nádia Luzia. Associação da Agricultura Orgânica no Paraná: uma proposta em (re)construção.Curitiba.2002. (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná)
- BRANDENBURG, Alfio. Ciências Sociais e Ambiente Rural: principais temas e perspectivas. In: Sociedade e Ambiente vol III, n.1 jan/jun; 2005.
- CANDIDO, A. Parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- CHERER-WAREN, Ilze. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CRISPIM, Jeferson. A importância da água na transição para agricultura de base ecológica: um estudo em Rio Branco do Sul Paraná.. Curitiba,2007..(Tese de doutorado, Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná)
- ELL, Erica. Concepção sobre práticas alimentares de agricultores ecológicos da Região Metropolitana de Curitiba.. Curitba, 2007. (Tese de doutorado, Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná)
- FLORIANI, Nicolas. Avaliação das terras pelos agricultores ecológicos de Rio Branco do Sul- Pr.: uma abordagem geo-socio-agronômica da paisagem rural. Curitiba, 2007. (Tese de doutorado, Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná)
- GIDDENS, Antony. Conseqüências da Modernidade. São Paulo:Unesp, 1991
- GORZ, André. Capitalisme Socialisme Écologie: désorientations orientations.Paris :Galilée, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. Teoria de la Accion Comunicativa: tomo II, critica de la razón funcionalista. Madri: Taurus, 1988
- KAYSER, Bernard. La renaissance rurale. Paris: Armand Colin: 1990
- MARTINE, George, GARCIA, Ronaldo Coutinho. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987.
- LEFF, Henrique. Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: sentidos y senderos de un futuro sustentable. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba. UFPR. N. 7.jan/jun. 2003.
- PADILHA, Douglas Ochiai. A construção da racionalidade ambiental no Movimento Agroecológico em Rio Branco do Sul. Curitiba, 2008.(Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná)
- PINHEIRO, Gustavo Silveira Rosa. Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida. In. BRANDENBURG, Alfio e outros.Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégiasa, projetos e políticas. Brasília.MDA,2007
- PORTILHO, Fátima. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo:
- Cortez, 2005

- RUSZCZYK, João. Transição para a gricultura de base ecológica como uma estratégia de reprodução dos agricultores familiares: um estudo em Rio Branco do Sul-Pr. Curitiba,2007.(Tese de doutorado, Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná).

- SILVA, Pedro Junior. Um passeio pelas gôndolas. Curitiba: Imprensa oficial, 2007

- STUM, Michelli Gonçalves. A relação entre sistemas de certificação e práticas socio-produtivas na agricultura ecológica: o caso de Rio Branco do Sul. Curitiba, 2008.(Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná.)

- TOURAINE, Alain. Critica da modernidade.Petrópolis, Vozes, 1995

- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade.In Desenvolvimento e Meio Ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza. Curitiba: Editora da UFPR. n.2 2000.

- ZONIN, Wilson João. Transição agroecológica: modalidades e estágios na RMC: Curitiba, 2007 (Tese de doutorado, Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná)